

**GÊNESE DAS POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL:  
utopia e realismo na política de Malraux e na crítica de Bourdieu  
THE GENESIS OF CULTURAL DEMOCRATIZATION POLICIES:  
Utopia and Realism in Malraux's Policy and Bourdieu's Critique**

Amilcar Ferraz Farina<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo analisa a gênese das políticas de democratização cultural, instauradas na França por André Malraux, contrapondo seu idealismo redentor à crítica sociológica realista de Pierre Bourdieu. A partir da articulação entre a filosofia política, baseada nos conceitos de utopia, realismo e distopia de Renato Janine Ribeiro e Thomas Morus, e a sociologia da cultura bourdieusiana, centrada nas categorias de habitus e capital cultural, o estudo investiga os impasses dessa política na modernidade. A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo. Os resultados demonstram que, ao ignorar as desigualdades no acesso aos códigos artísticos, a utopia de Malraux flertou com a distopia e aprofundou abismos simbólicos. Já a crítica de Bourdieu, a despeito de seu realismo analítico frente à ilusão do dom inato, engaja-se em uma nova utopia pedagógica estrutural. Conclui-se que a utopia atua como consciência ética para denunciar as falhas do presente, ao passo que o rigor realista fornece o instrumental crítico que impede a promessa emancipatória de se transformar em novos mecanismos de violência simbólica.

**Palavras-chave:** Políticas culturais; Democratização cultural; Utopia e realismo; Pierre Bourdieu; André Malraux.

**ABSTRACT:** This article analyzes the genesis of cultural democratization policies, established in France by André Malraux, contrasting his redemptive idealism with the realistic sociological critique of Pierre Bourdieu. Based on the articulation between political philosophy, grounded in the concepts of utopia, realism, and dystopia by Renato Janine Ribeiro and Thomas More, and Bourdieusian cultural sociology, centered on the categories of habitus and cultural capital, the study investigates the impasses of this policy in modernity. The methodology consists of a qualitative bibliographic review. The results demonstrate that, by ignoring inequalities in access to artistic codes, Malraux's utopia flirted with dystopia and deepened symbolic abysses. Bourdieu's critique, on the other hand, despite its analytical realism regarding the illusion of innate talent, engages in a new structural pedagogical utopia. We conclude that utopia acts as an ethical conscience to denounce the flaws of the present, while realistic rigor provides the critical tools that prevent the emancipatory promise from turning into new mechanisms of symbolic violence.

**Keywords:** Cultural policies; Cultural democratization; Utopia and realism; Pierre Bourdieu; André Malraux.

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Culturais pela USP com pesquisa sobre políticas públicas de formação artística e cultural. E-mail: [micadisco@gmail.com](mailto:micadisco@gmail.com)  
Cadernos Zygmunt Bauman

## INTRODUÇÃO

A institucionalização das políticas culturais no mundo ocidental, historicamente marcada pela criação do Ministério da Cultura francês em 1959, reflete um dos grandes impasses da modernidade: a tensão entre o ideal emancipatório do Estado e a reprodução das desigualdades sociais (Urfalino, 2015). Sob a liderança de André Malraux no governo de Charles de Gaulle, a França inaugurou o paradigma da "democratização cultural", um projeto ambicioso que visava massificar o acesso à alta cultura e às obras de arte consagradas, substituindo as antigas políticas de belas artes e de educação popular (Urfalino, 2015; Botelho, 2016). Nesse cenário, a cultura foi alçada à condição de valor e orgulho nacional, prometendo uma redenção humanista diante de um mundo cada vez mais dominado pela racionalidade técnica e científica da modernidade (Ahearne, 2004; Botelho, 2016).

No entanto, as promessas redentoras das políticas de Malraux logo se depararam com as contingências e as fraturas da sociedade moderna. O sociólogo Pierre Bourdieu emergiu como um dos principais críticos desse modelo, demonstrando, a partir de extensas pesquisas empíricas, a ineficácia de uma ação cultural estatal que desconsidera as estruturas profundas de dominação de classe (Ahearne, 2004; Bourdieu, 1979). O encontro entre o olhar político de Malraux e a crítica sociológica de Bourdieu ilustra, no horizonte da modernidade, o embate clássico entre o pensamento utópico — que vislumbra soluções universais e definitivas — e o pensamento realista, focado na complexidade das causas estruturais e na redução de danos contingenciais. Diante desse contexto, e considerando os impasses que se aprofundam na transição para a modernidade (Bauman, 2001), o presente artigo se propõe a analisar a gênese das políticas de democratização cultural sob o prisma da filosofia política e da sociologia. O foco central reside em contrapor a visão utópica da política de Malraux à crítica realista de Bourdieu, investigando como os mecanismos de dominação simbólica e as barreiras de acesso à cultura evidenciam as contradições do projeto moderno de igualdade.

## 1. PROBLEMÁTICA DE PESQUISA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A problemática que orienta este estudo consiste em compreender em que medida as políticas de democratização cultural, formuladas sob um viés de utopia redentora, falham ao ignorar os condicionantes sociológicos que estruturam a recepção estética na modernidade. Para desvelar essa questão, a reflexão apoia-se em um duplo fundamento teórico: o debate da filosofia política sobre utopia e realismo, e o arsenal analítico da sociologia da cultura bourdieusiana. O conceito de utopia encontra suas raízes críticas no humanismo renascentista, a partir do diálogo intelectual entre a ilha imaginária formulada por Thomas Morus, em 1516, e a crítica mordaz de Erasmo de Rotterdam. Se Erasmo desnuda as irracionalidades, os abusos de poder e os vícios de seu tempo (Rotterdam, 2013), Morus complementa essa denúncia ao representar a utopia não apenas como um "não lugar", mas como uma consciência ética aos males do presente, projetando um horizonte regido pela razão (Morus, 2009; Quarta, 2006). Como aponta a sociologia de Zygmunt Bauman, a utopia exerce uma função de transcendência e atua como um choque constante entre o presente e o futuro, servindo de motor para a quebra da continuidade histórica e a relativização das estruturas vigentes (Bauman, 1976). Em uma chave analítica complementar, o filósofo Renato Janine Ribeiro estrutura o pensamento político a partir da polaridade entre utopia e realismo. Para o autor, o pensamento utópico moderno diagnostica que os males do mundo possuem uma causa única que, uma vez eliminada, levaria à resolução definitiva dos problemas humanos; em contrapartida, o pensamento realista compreende a complexidade e a multiplicidade das causas, assumindo a impossibilidade de soluções totais e limitando a ação política à redução de danos (Ribeiro, 1993). Mais recentemente, o autor expande essa complexidade ao situar a "boa política" contemporânea na tensão incontornável entre a democracia, compreendida como o regime do "desejo" (o clamor popular por ter e ser mais), e a república, o regime da abnegação dos interesses privados em prol da coisa pública (Ribeiro, 2017).

O realismo analítico frente a essa utopia moderna é fornecido pela sociologia de Pierre Bourdieu. Ao opor-se à "ideologia carismática da arte" — que associa o gosto a um dom inato —, Bourdieu demonstra que as necessidades e práticas culturais são, na verdade, produtos da interiorização de desigualdades sociais (Ahearne, 2004; Bourdieu, 1979). O aparelho conceitual bourdieusiano introduz categorias fundamentais para este desvelamento, em especial o *habitus* (sistema de disposições duráveis e esquemas de percepção interiorizados socialmente) e o capital cultural (saberes, competências linguísticas e repertórios herdados primariamente na família e validados pela escola) (Bourdieu, 1979; Bourdieu; Passeron, 2008). Sob essa ótica, a ação pedagógica do Estado não atua de forma neutra, mas exerce uma "violência simbólica" ao impor o arbitrário cultural das classes dominantes como se fosse universal, ocultando as funções sociais de manutenção da ordem estabelecida (Bourdieu; Passeron, 2008). Estudos contemporâneos aprofundam essa constatação ao demonstrarem que a apropriação do capital cultural exige um intenso e invisível "trabalho de transmissão" no seio familiar, evidenciando que a herança cultural não ocorre por mera osmose, mas demanda mobilização pedagógica cotidiana, um privilégio das classes mais abastadas (Garcia, 2018; Lahire, 2008).

O presente artigo tem como objetivo principal analisar as críticas formuladas pelo sociólogo Pierre Bourdieu às políticas de democratização cultural implementadas por André Malraux na França. A partir desse confronto, a pesquisa busca examinar como a filosofia política conceitua o embate entre o pensamento utópico e o pensamento realista no campo das políticas culturais. De forma específica, o estudo objetiva identificar se Bourdieu, ao desconstruir a utopia malrauziana por meio de sua sociologia crítica, absteve-se inteiramente do idealismo ou se acabou por se engajar na formulação de uma nova espécie de utopia — de caráter pedagógico e estrutural — voltada à superação das desigualdades na modernidade. Para a consecução dos objetivos propostos, adotou-se como metodologia a revisão bibliográfica de caráter qualitativo, estruturada por meio de uma análise conceitual teórica na interface entre a filosofia política e a sociologia da cultura. O percurso analítico fundamenta-se nas chaves de leitura sobre utopia, distopia e

realismo propostas nas obras de filosofia política de Renato Janine Ribeiro (1993; 2017), aliadas à matriz clássica inaugurada por Thomas Morus (2009). A abordagem assume também a premissa metodológica defendida pelo próprio Janine Ribeiro na história das ideias: a primazia do exercício hermenêutico voltado rigorosamente para o texto e suas intenções antes da redução ao seu contexto biográfico (Eisenberg, 2000; Ribeiro, 1999).

A investigação do contexto de formulação institucional, bem como das falhas do paradigma da democratização cultural francês capitaneado por Malraux, apoia-se no resgate histórico e na crítica promovidos por autores centrais ao tema, em especial Philippe Urfalino (2015), Jeremy Ahearne (2004) e Isaura Botelho (2016). O contraponto realista é estabelecido a partir da matriz sociológica de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, mobilizando as categorias analíticas fundamentais de violência simbólica, habitus e capital cultural, essenciais para compreender as assimetrias frente à arte (Bourdieu, 1979; Bourdieu; Passeron, 2008). O método consiste em um esforço direto de contraposição teórica: confronta-se o idealismo redentor das ações culturais do Estado com as barreiras estruturais da apropriação e recepção estética. Adicionalmente, o estudo ampara sua análise nos desdobramentos contemporâneos da teoria da reprodução cultural, os quais atestam a atualidade da crítica bourdieusiana para desvelar os mecanismos de exclusão simbólica, cultural e escolar que persistem em sociedades cada vez mais excludentes (Knoblauch; Medeiros, 2022; Nogueira; Resende, 2022). Ao cruzar e articular essas fontes, o método permite isolar as proposições pedagógicas de Bourdieu, avaliando se a sua aposta em uma "pedagogia racional" constituiria, em si mesma, uma nova variante de pensamento utópico na pós-modernidade. Cumpre registrar, em obediência às diretrizes de transparência metodológica exigidas pelo periódico, que ferramentas de Inteligência Artificial foram utilizadas exclusivamente como apoio à revisão textual, organização de ideias e adequação normativa do presente manuscrito (Google, 2026).

### 3. RESULTADOS

A investigação do contexto de formulação institucional, pormenorizada pelos estudos de Urfalino (2015), revela que o paradigma da democratização cultural francês, capitaneado por André Malraux a partir de 1959, estruturou-se sob a crença de que o Estado deveria atuar como provedor universal do patrimônio cultural da humanidade. Opondo-se às antigas políticas de belas artes e educação popular, a gestão de Malraux apostou na alta cultura como via de superação das fraturas sociais. As políticas culturais malrauzianas operavam sob essa lógica utópica ao tentar satisfazer o desejo democrático de acesso à cultura de forma idealizada. Seu programa fundamentava-se na premissa de que a difusão da cultura socialmente legitimada e o mero encontro entre um público indiferenciado e a obra de arte seriam suficientes para garantir a emancipação dos indivíduos (Ahearne, 2004; Botelho, 2016). Ao propor a consolidação de um "museu imaginário" — tese na qual defende que a reprodutibilidade técnica das obras de arte libertaria a cultura de seus limites físicos (Malraux, 2011) —, o então ministro apostava na cultura como uma via quase religiosa de superação das mazelas do mundo real. Contudo, quando a utopia tenta se impor ignorando as contingências da realidade estrutural, seu desdobramento inevitável tende a ser a distopia, gerando o alto custo de uma vida pública mal equalizada (Ribeiro, 2000).

Portanto, ao instituir políticas de ação cultural "direta", como as casas de cultura, ignorando a ausência prévia do habitus decodificador no grande público, a utopia de Malraux terminou por beneficiar majoritariamente aqueles que já possuíam o capital cultural de base, aprofundando as distâncias sociais — um movimento tipicamente distópico (Ahearne, 2004; Botelho, 2016). O realismo crítico de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron comprovou que o "desejo por cultura" não é inato, mas fruto de um longo processo de inculcação (Bourdieu, 1979; Bourdieu; Passeron, 2008). A sociologia da desigualdade proposta pelos autores atua, assim, como uma ferramenta realista essencial para demonstrar os limites dos projetos de democratização na modernidade, apontando que a cultura transfigura a promessa de libertação em mecanismo de exclusão. Os

resultados atestam que os equipamentos culturais e escolares tradicionais operam como instâncias de legitimação das culturas dominantes (Knoblauch; Medeiros, 2022). Ademais, estudos contemporâneos sobre a distinção evidenciam que, na pós-modernidade, os mecanismos de exclusão tornaram-se ainda mais fluidos e complexos. A tradicional oposição entre alta e baixa cultura tem sido substituída por um "onivorismo cultural", no qual as elites demonstram ecletismo em seus gostos, mas continuam utilizando a apropriação e o domínio do simbólico para demarcar fronteiras de classe (Bertoncello; Netto; Ribeiro, 2022). O que distingue as classes dominantes na contemporaneidade já não é apenas o quê se consome (o opus operatum), mas o modo como se consome (o modus operandi). Munidas de disposições cosmopolitas, essas frações de classe apropriam-se de bens da cultura de massa de maneira reflexiva, distanciada e até irônica, reconfigurando as fronteiras da exclusão em um cenário onde a alta cultura tradicional perde parte de seu poder unificador e distintivo (Bertoncello; Netto; Ribeiro, 2022).

Essa fluidez dos marcadores de classe exige uma sofisticação analítica que ultrapassa o otimismo das políticas de oferta. Se a utopia de Malraux acreditava na apropriação natural da arte pelo simples contato (Malraux, 2011), a atualização do diagnóstico realista demonstra que a transmissão do capital cultural flexível não ocorre de forma passiva ou por mera "osmose" natural (Nogueira; Resende, 2022). Ao contrário, as classes privilegiadas contemporâneas empreendem um intenso, cotidiano e invisível "trabalho de transmissão", convertendo vantagens socioeconômicas em competências pedagógicas e estéticas de seus herdeiros (Nogueira; Resende, 2022). Por meio de uma lógica de "cultivo orquestrado" e do acionamento de uma "educação-sombra" (atividades extracurriculares, intercâmbios, imersões de consumo), as elites operam uma geração ativa de capital cultural para garantir a reprodução de seus privilégios em um ambiente de acirrada competição simbólica (Nogueira; Resende, 2022).

Dialeticamente, o reverso dessa hiperestilização do gosto dominante é a perpetuação da chamada "causalidade do provável" entre as classes desfavorecidas (Nogueira; Resende, 2022). Desprovidos dos códigos legitimados desse novo ecletismo e

alijados do treinamento familiar exaustivo, os indivíduos das classes populares tendem a interiorizar suas chances objetivas reduzidas, transformando-as em autoeliminação ou expectativas rebaixadas diante dos bens culturais (Bourdieu, 1979; Nogueira; Resende, 2022). Em vez de democratizar o acesso, o cenário pós-moderno, agravado pela atual lógica das Tecnologias da Informação e dos algoritmos que favorece o conformismo e o encapsulamento do indivíduo em "bolhas" de pertencimento, restringe ainda mais a curiosidade e o risco da descoberta do novo (Botelho, 2023). Esse cenário reforça, com contornos dramáticos, a eficácia do diagnóstico realista de Bourdieu contra a ingenuidade das políticas de acesso puramente quantitativas. A democratização tratada apenas como difusão de bens, sem o desvelamento das engrenagens de transmissão do capital cultural e sem a contrapartida de uma mediação pedagógica racional, atua não como utopia emancipadora, mas como um sofisticado mecanismo de violência simbólica (Knoblauch; Medeiros, 2022) perfeitamente adaptado à liquidez dos tempos atuais (Bauman, 2001).

A investigação constata, contudo, que Bourdieu não se absteve inteiramente de um horizonte idealista. Ao propor uma "pedagogia racional" capaz de neutralizar os privilégios da herança cultural e dotar todos os indivíduos das chaves de decodificação do mundo, o sociólogo acabou por formular a sua própria utopia. Longe de uma leitura fatalista ou estritamente reprodutivista, Bourdieu vislumbrava no próprio sistema de ensino a semente para a transformação social e a desconstrução da dominação simbólica (Knoblauch; Medeiros, 2022). Dialeticamente, apreender a teoria bourdieusiana apenas pelo viés da reprodução seria ignorar a agência contida em seu desvelamento crítico. É precisamente o conhecimento das leis de reprodução e o reconhecimento da ilegitimidade desse processo que fornecem a chance de minimizar a ação conservadora das instituições, convertendo a escola e os equipamentos culturais em espaços de subversão dessa mesma ordem (Knoblauch; Medeiros, 2022).

Se a utopia ilusória de Malraux apostava na crença de uma transmissão "osmótica" e no encantamento passivo do sujeito diante da arte, a utopia realista de Bourdieu exige o enfrentamento do árduo e desigual "trabalho de transmissão" familiar (Nogueira; Resende, 2022). Identifica-se, assim, a emergência de um "Bourdieu quase utópico", cuja

crítica realista serviu como alicerce para projetar uma sociedade futura onde a apropriação dos bens simbólicos fosse genuinamente democratizada. Ao invés de ceder de forma irrestrita à "causalidade do provável" — mecanismo pelo qual as classes desfavorecidas interiorizam suas chances objetivas reduzidas e se autoeliminam perante a cultura legítima —, essa utopia estrutural aposta na força de uma mediação pedagógica institucional capaz de concretizar o "desafio do improvável" (Nogueira; Resende, 2022). Nesse sentido, constata-se que o realismo sociológico e o horizonte utópico não se anulam, mas se complementam de forma interdependente. O rigor analítico que destrói a ideologia carismática do dom atua como motor ético para aquilo que a filosofia política contemporânea designa como a "boa política" (Ribeiro, 2017). Ao não ignorar as contingências e as barreiras simbólicas do presente, esse "realismo utópico" civiliza o desejo democrático de acesso à cultura, transmutando-o em um projeto republicano fundado na desconstrução efetiva das desigualdades que estruturam a recepção estética na modernidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição das políticas culturais na modernidade — marcada pelo gradual deslocamento de uma política de oferta universal para uma gestão voltada ao reconhecimento da diversidade — reflete o esgotamento das utopias de Estado. Ao longo deste estudo, a polaridade entre o pensamento utópico e o pensamento realista demonstrou ser uma chave analítica altamente eficaz para desvelar as contradições intrínsecas a essa trajetória histórica. Compreende-se que, se a utopia projeta a eliminação definitiva dos males humanos, o viés realista convoca à gestão das contingências e à redução de danos. No embate aqui analisado, conclui-se que esses polos não são absolutos, mas fluidos. O paradigma francês de democratização inaugurado por Malraux pode ser classificado como uma "utopia quase realista": embora o projeto humanista de massificação tenha falhado e flertado com a distopia ao ignorar as profundas desigualdades prévias do público, o seu legado de institucionalização da cultura no

aparelho de Estado é inegável. Em contrapartida, a crítica sociológica bourdieusiana analisada desponta como um "realismo quase utópico". Ao impor um duro choque de realidade às ilusões carismáticas da arte, ela desvelou as engrenagens ocultas que levam as classes populares à autoeliminação simbólica. Contudo, ao fundamentar essa denúncia na premissa de que uma ação pedagógica racional seria capaz de reverter tal exclusão e assumir o desafio do improvável, o realismo operou como base ética para uma nova utopia, desta vez genuinamente ancorada na concretude da história.

No horizonte da sociedade hipermóderna, caracterizada pela fluidez das instituições e pela reinvenção contínua dos processos de exclusão — agora mascarados sob a égide do ecletismo e do onivorismo cultural das elites —, a gestão das políticas públicas não pode prescindir dessa dialética. A utopia permanece como a consciência ética necessária para denunciar as falhas do presente, enquanto o rigor realista fornece o instrumental crítico para não se transformar a promessa de emancipação em novos mecanismos de violência simbólica. Por fim, evidencia-se que utopia e realismo servem a um mesmo sistema de expectativas humanas e operam em temporalidades interdependentes, exigindo que a práxis da boa política atue como a utopia do possível no hoje, mantendo a apropriação cultural como um autêntico campo de emancipação e resistência.

## REFERÊNCIAS

AHEARNE, Jeremy. Between cultural theory and policy: the cultural policy thinking of Pierre Bourdieu, Michel de Certeau and Régis Debray. [S. l.]: Centre for Cultural Policy Studies, 2004. Disponível em: [https://www2.warwick.ac.uk/fac/arts/theatre\\_s/cp/research/publications/centrepubs/ccps\\_paper\\_7.pdf](https://www2.warwick.ac.uk/fac/arts/theatre_s/cp/research/publications/centrepubs/ccps_paper_7.pdf). Acesso em: 10 set. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. *Socialism: the active utopia*. London: Routledge, 1976.

BERTONCELO, Edison; NETTO, Michel Nicolau; RIBEIRO, Fábio. Distinção e capital cultural hoje: introdução. *Tempo Social*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-29, maio/ago. 2022.

BOTELHO, Isaura. Algumas reflexões sobre os públicos das atividades culturais. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 17, p. 88-100, dez. 2023.

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GARCIA, Sandrine. *Le goût de l'effort: la construction familiale des dispositions scolaires*. Paris: PUF, 2018.

GOOGLE. *NotebookLM* [inteligência artificial]. Mountain View: Google, 2026. Disponível em: <https://notebooklm.google.com>. Acesso em: 1 fev. 2026.

KNOBLAUCH, Adriane; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. A atualidade de *A reprodução* de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron: 50 anos de um legado acadêmico e político. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 48, e245469, 2022.

LAHIRE, Bernard. *La raison scolaire: école et pratiques d'écriture, entre savoir et pouvoir*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008.

MALRAUX, André. *O museu imaginário*. Lisboa: Edições 70, 2011.

MORUS, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

NOGUEIRA, Maria Alice; RESENDE, Tânia de Freitas. Com e para além de Bourdieu: revisitando duas teses centrais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, e268712, 2022.

QUARTA, Cosimo. Utopia: gênese de uma palavra-chave. *Morus – Utopia e Renascimento*, Campinas, v. 3, p. 45-56, 2006.

RIBEIRO, Renato Janine. *A boa política: ensaios sobre a democracia na era da internet*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIBEIRO, Renato Janine. *A última razão dos reis: ensaios de filosofia e política*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROTTERDAM, Erasmo de. *Elogio da loucura*. São Paulo: Hedra, 2013.

URFALINO, Philippe. *A invenção da política cultural*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.